

Juntos e juntas por um RS mais democrático

Marcia Barbosa

No final dos anos 70 estudantes das Universidades públicas se mobilizaram por duas questões: a redemocratização do Brasil e a democratização das decisões no âmbito acadêmico. O país, com uma ditadura militar que se estendia por mais de uma década, clamava por eleições diretas para governador e presidente. Em paralelo, Universidade passava de um sistema de cátedras absolutistas para a construção de uma estrutura com maior participação da comunidade e transparência nos processos decisórios. Os movimentos estudantis demandavam esta participação mais ativa nos destinos da instituição através de uma representação estudantil mais atuante nos colegiados. Os diretórios acadêmicos, cujos membros eram democraticamente eleitos pelos discentes de cada curso, eram o canal a partir do qual se organizavam as representações nos colegiados.

Neste cenário ingressei no curso de física UFRGS em 1978. Rapidamente percebi que naquela época havia na Universidade uma forte hierarquização das decisões, em sua maioria orquestradas pelos docentes mais antigos. Estudantes pouco eram ouvidos. Naquele momento eles se dividiam em três grandes grupos: os “pelegos” que se alinhavam à ditadura, os “meritocratas” que acreditavam na sabedoria dos mais antigos e os “esquerdistas” que lutavam pela democratização das decisões acadêmicas. Os “pelegos” acreditavam que a ditadura era o único obstáculo que impedia os comunistas de tomarem conta do Brasil. A perda da liberdade era o preço a se pagar pela ameaça que os vermelhos representavam. Neste contexto, o papel de estudante era somente estudar e acatar o que as autoridades superiores decidissem. Os “meritocratas” confiavam que a excelência acadêmica dos grandes mestres dava a eles uma autoridade quase inquestionável. Estudantes mais talentosos e esforçados poderiam um dia chegar à posição de decisão e poder que os mestres tinham. Este grupo até gostava de demonstrar talento e erudição para encantar os grandes mestres sem no entanto, contrariá-los. Os “pelegos” e “meritocratas” não viam na representação estudantil um local de construção de uma instituição mais democrática. Eram incapazes de um confronto real com o poder constituído. Almejavam a posição de representação por seu status acadêmico, não pela luta coletiva.

Os “esquerdistas”, espelhando a situação partidária do Brasil a época, eram divididos em diversas correntes que brigavam entre si por questões programáticas. Para uma estudante vinda de um colégio público que nunca tinha estudado filosofia ou política, as correntes estudantis pareciam todas iguais. Eram 50 tons de vermelho. Eu percebia claramente que estes grupos compartilhavam a convicção de que a diversidade de opiniões tem a capacidade de construir uma instituição mais eficiente e justa.

Na época da eleição do diretório acadêmico ao invés de proporem uma chapa comum, os “esquerdistas” pensavam em concorrer, cada corrente em uma chapa distinta. Era claro que esta

divisão tinha o potencial de levar à vitória ou os “pelegos” ou os “meritocratas”. Com o objetivo de evitar isto, convidei as diversas correntes para uma conversa. As evidências de que somente a união levaria a uma vitória convenceu os colegas formarem uma Frente Ampla que ganhou a eleição para o diretório acadêmico. Esta união viabilizou a eleição de representantes discentes capazes de atuar apoiados pela comunidade dos estudantes e no interesse dela.

Décadas mais tarde, estudos mostraram que a diversidade de olhares sobre um determinado problema leva à uma maior eficiência tanto do ponto de vista econômico como acadêmico. A inclusão de setores diferentes da comunidade seja acadêmica, social ou empresarial gera uma inteligência coletiva que supera a compreensão do indivíduo.

Hoje, a poucos dias do lançamento oficial de candidaturas para o governo do Estado, observamos a formação de três grupos de candidaturas. O primeiro é alinhado ao governo federal e traz consigo o atraso de negar a ciência, a cultura e a força da diversidade. São viúvas da Guerra Fria que usam o medo do comunismo como instrumento aglutinador de ódios. Um segundo representa um liberalismo econômico que privilegia “os sábios” e as elites, esquecendo a força da diversidade na tomada das decisões coletivas. Finalmente um terceiro grupo são os militantes pela democracia popular. Eles têm se demonstrado incapazes de construir uma proposta comum. Brigam entre si para definir qual deles tem a melhor matiz de vermelho. Não percebem que o que os une, a construção coletiva de uma sociedade diversa, eficiente e justa, priorizando os mais fracos e alicerçada no conhecimento é muito maior do que as pequenas diferenças programáticas.

Sonho com a união destas forças. Há algumas semanas, um jornalista conhecedor das disputas históricas destes partidos me disse que meu sonho era impossível. Sou a filha da escola pública brasileira que se tornou cientista internacional. Impossível é o que fazemos de modo coletivo e plural todos os dias no meu laboratório. Clamo, portanto, que militantes de partidos do campo democrático popular se unam nesta demanda de formação de uma frente. Afinal, “sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade” (Raul Seixas).